

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Apaete Participações em Transmissão S.A

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	1
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da
Apaete Participações em Transmissão S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Apaete Participações em Transmissão S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Apaete Participações em Transmissão S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se

manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

APAETE Participações em Transmissão S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	130	5.940	189	5.966
Investimento a curto prazo	5	-	-	5.616	106.035
Contas a receber de clientes	6	-	-	967	4.099
Dividendos a receber	10	441	9.393	-	-
Imposto de renda e contribuição a recuperar		176	17	213	54
Ativo contratual da concessão	6	-	-	29.550	28.563
Outros ativos		1	-	3.444	3.454
		748	15.350	39.979	148.171
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo		-	-	151.904	162.410
Contas a receber de clientes	6	-	-	2.417	1.064
Depósitos judiciais	10	-	-	640	648
Ativo contratual da concessão	6	-	-	148.806	160.657
Outros ativos		-	-	41	41
Investimentos em controladas	7	66.403	65.898	-	-
Imobilizado		-	-	222	303
Intangível		-	-	268	302
TOTAL ATIVO		67.151	81.248	192.373	311.186
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Debêntures	8	-	-	15.299	32.691
Fornecedores		-	-	539	185
Obrigações com empregados		-	-	269	261
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	377	1.153
Outros tributos a pagar		73	1	630	476
Encargos regulatórios a pagar		-	-	143	99
Dividendos a pagar	12	1.207	3.771	1.274	5.206
Outros tributos diferidos	9	-	-	1.964	1.900
Adiantamento de clientes		-	-	354	1.560
Outros passivos	8	1	1	77	78
		1.280	3.773	20.926	43.609
NÃO CIRCULANTE					
Debêntures	8	-	-	78.822	162.967
Encargos regulatórios a pagar		-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	-	-	6.043	5.817
Outros tributos diferidos	9	-	-	9.895	10.684
Provisões para contingências	10	-	-	-	7
Outros passivos		-	-	715	605
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		1.280	3.773	116.401	223.689
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	11.1	41.098	41.098	41.098	41.098
Reserva de capital	11.2	2.402	2.402	2.402	2.402
Reserva de lucros		22.371	33.975	22.371	33.975
Participação de acionistas não controladores		-	-	10.101	10.022
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		67.151	81.248	192.373	311.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

APAETE Participações em Transmissão S.A.
Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	13	-	-	29.135	37.510
Custo dos serviços prestados	14	-	-	(3.858)	(2.884)
Custo de construção	14	-	-	-	(322)
LUCRO BRUTO		-	-	25.277	34.304
Despesas administrativas e gerais	14	(148)	(121)	(817)	(766)
Resultado de equivalência patrimonial	7	4.747	15.910	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		4.599	15.789	24.460	33.538
Despesas financeiras	15	(9)	(17)	(20.212)	(19.543)
Receitas financeiras	15	565	106	4.674	7.779
		556	89	(15.538)	(11.764)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		5.155	15.878	8.922	21.774
Imposto de renda e contribuição social	16	(73)	-	(3.111)	(3.456)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.082	15.878	5.811	18.318
Atribuído aos acionistas controladores				5.082	15.878
Atribuído aos acionistas não controladores				729	2.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

APAETE Participações em Transmissão S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.082	15.878	5.811	18.318
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	5.082	15.878	5.811	18.318
Atribuído aos acionistas controladores			5.082	15.878
Atribuído aos acionistas não controladores			729	2.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

APAETE Participações em Transmissão S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Descrição	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Total Controladora	Participação de acionistas não controladores	Total Consolidado
			Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados			
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2024	41.098	2.402	5.567	32.738	-	81.805	11.173	92.978
Lucro do exercício	-	-	-	-	15.878	15.878	2.440	18.318
Destinação para reserva legal	-	-	794	-	(794)	-	-	-
Dividendos declarados	-	-	-	(16.437)	(3.771)	(20.208)	(3.591)	(23.799)
Lucro remanescente	-	-	-	11.313	(11.313)	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	41.098	2.402	6.361	27.614	-	77.475	10.022	87.497
Dividendos declarados	-	-	-	(15.479)	-	(15.479)	(650)	(16.129)
Lucro do exercício	-	-	-	-	5.082	5.082	729	5.811
Destinação para reserva legal	-	-	254	-	(254)	-	-	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	(1.207)	(1.207)	-	(1.207)
Lucro remanescente	-	-	-	3.621	(3.621)	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	41.098	2.402	6.615	15.756	-	65.871	10.101	75.972

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

APAETE Participações em Transmissão S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	5.155	15.878	8.922	21.774
Ajustes no lucro para:				
Depreciação e amortização	-	-	101	99
Resultado de equivalência patrimonial	(4.747)	(15.910)	-	-
PIS e COFINS diferidos	-	-	(722)	13
Encargos sobre dívidas e juros de arrendamento	-	-	18.814	19.366
Receita sobre aplicações financeiras	-	-	(4.080)	(7.645)
Reversão de provisões	-	-	7	7
	408	(32)	23.042	33.614
Variações patrimoniais - ativo				
Contas a receber de clientes	-	-	1.779	(627)
Ativo contratual da concessão	-	-	10.864	137
Tributos a compensar	(64)	20	(160)	20
Outros ativos	-	-	19	(295)
Variações patrimoniais - passivo				
Fornecedores	-	-	354	(9)
Tributos a pagar	73	-	(920)	(2.039)
Obrigações com empregados	-	-	8	(65)
Outros passivos	-	-	(1.054)	943
	9	20	10.890	(1.935)
Imposto de renda e contribuição sociais, pagos	(173)	-	(2.565)	(1.420)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	244	(12)	31.367	30.259
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Dividendos recebidos	13.194	22.168	-	-
Resgates de (aplicações em) aplicações financeiras	-	-	104.514	(81.275)
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	13.194	22.168	104.514	(81.275)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos	(19.248)	(16.694)	(21.263)	(20.078)
Ingresso de dívida	-	-	-	115.589
Pagamento de principal das debêntures	-	-	(98.548)	(19.732)
Pagamento de juros das debêntures	-	-	(21.796)	(19.284)
Pagamento de arrendamento	-	-	(51)	(52)
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos	(19.248)	(16.694)	(141.658)	56.443
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(5.810)	5.462	(5.777)	5.427
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa				
Saldo no início do exercício	5.940	478	5.966	539
Saldo no final do exercício	130	5.940	189	5.966
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(5.810)	5.462	(5.777)	5.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A Apaete Participações em Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Apaete”), é uma sociedade de capital fechado que foi constituída em 25 de outubro de 2018 e tem como propósito participar em caráter permanente ou temporário, no capital e nos resultados, da sociedade Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. (“AETE”). A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, cj. 151, sala O -Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia controla a seguinte companhia transmissora de energia elétrica no Brasil, com participação direta de 86,75% em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Descrição	Localização / Conexão	Contrato de Concessão ANEEL nº	Prazo da Concessão		Início da Operação	Extensão da Linha	Tensão	RAP/RBNI (Ciclo 2025-2026)	Índice de Reajuste do contrato	Redução de 50% da RAP a partir 16º ano de Operação	Revisão Tarifária prevista
			Início	Fim							
Amazônia - Eletronorte Transmissora de Energia S.A. (AETE)	Rondonópolis (MT) - Cuiabá (MT)	008/2004	18/02/04	18/03/34	24/08/05	188 km	230 Kv	43.821	IGP-M	Sim	Não

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 20 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, são evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações e de sua controlada.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer que a Administração da Companhia e sua controlada faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Contratos de concessão (notas explicativas nº 6 e nº 13) – avaliação do momento de reconhecimento do ativo da concessão; definição da taxa para precificação do componente de financiamento dos ativos do contrato; principais premissas na alocação da receita a cada obrigação de performance, determinação das margens ponderada pela contraprestação variável (parcela variável);
- Provisão para contingências (nota explicativa nº 10) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- PIS e COFINS diferidos (nota explicativa nº 9) - principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 16) – principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão.

3 Práticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3.1 Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e sua controlada. As demonstrações contábeis da controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. O controle, por sua vez, é obtido quando a Companhia e/ou a sua controlada estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

As políticas contábeis da controlada consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Nas demonstrações contábeis individuais (controladora) as informações contábeis da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e sua controlada.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados da empresa controlada;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e
- d) Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

- **Investimentos**

O investimento da Companhia é avaliado com base no método de equivalência patrimonial.

3.2. Instrumentos financeiros

● Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornaram parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

● Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia e sua controlada podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido.

As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia e sua controlada têm como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; e
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e sua controlada.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR: esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

• **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

- **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Redução ao valor recuperável

- **Ativos financeiros não-derivativos**

Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia e sua controlada mensuram as provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e sua controlada, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e sua controlada consideram ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e sua controlada, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e sua controlada de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua controlada esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e sua controlada avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e sua controlada não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e sua controlada para a recuperação dos valores devidos.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

3.5. Contratos de concessão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por manter a infraestrutura disponível do sistema de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distinta: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, as transmissoras de energia mantem sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebem uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Investimentos não amortizados geram direito a indenização pelo Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão, mediante pagamento da indenização.

A controlada da Companhia que possui concessão de transmissão de energia elétrica registra e mensura a receita dos serviços que prestam de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso a concessionária realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados, caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(a) Ativo financeiro da concessão

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento das contas a receber e da respectiva receita se originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Ativo contratual da concessão

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a controlada da Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a controlada da Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram direito a indenização pelo Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, que é de 11% a.a.; e (ii) atualizado pelo IGP-M. Adicionalmente, não há alteração da taxa implícita definida no início de cada projeto, qualquer alteração ocorrida no fluxo de recebimentos é reconhecida imediatamente no resultado.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra (construção), tem o direito a contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas pela implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos que estão registrados na rubrica de "PIS e COFINS diferidos", no passivo circulante e não circulante.

3.6. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7. Reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a Companhia e sua controlada satisfazem as obrigações de performance assumidas nos contratos com os clientes, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a Companhia e sua controlada receberão a contraprestação à qual terão direito. As receitas são classificadas conforme a seguir:

- **Receita de infraestrutura**

Refere-se a receita relativa a obrigação de desempenho relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita de infraestrutura é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, acrescida da margem, pelo valor justo, corrigida pelo índice inflacionário, acrescida do diferimento de Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

- **Remuneração financeira dos ativos da concessão**

Refere-se ao componente de financiamento existente na receita de infraestrutura, sendo reconhecida pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão de cada contrato – projeto básico, reforço ou melhoria. A taxa implícita reflete o componente financeiro determinado no início de cada contrato de concessão e mantida até o final. A taxa implícita incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado. A taxa implícita utilizada pela controlada da Companhia é de 11% ao ano.

- **Receita de operação e manutenção**

As receitas de operação e manutenção tem início após a conclusão da fase de construção e referem-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que. A receita é reconhecida conforme a concessionária mantém a infraestrutura de transmissão disponível, aplicando-se a margem sobre o custo incorrido para operar e manter, definida no projeto inicial em função do CAPEX. A margem de operação e manutenção é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e sua controlada têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. Estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGP-M e também são acrescidas do diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios.

- **Parcela Variável (PV), adicional à RAP e Parcela de Ajuste (PA)**

A Parcela variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão de energia elétrica. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Esta é reconhecida como receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste – PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

- **Receita de juros**

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS registrados no passivo circulante e não circulante.

3.8. Tributação

3.8.1. Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia e sua controlada estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% (cumulativo) e 1,65% (não cumulativo); e
- Contribuição para financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 3,00% (cumulativo) e 7,60% (não cumulativo).

3.8.2. Encargos regulatórios

Os Encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP.

Estes saldos estão refletidos no consolidado no passivo circulante e não circulante na rubrica "Encargos regulatórios", respectivamente, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.8.3. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem os correntes e diferidos. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado, devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável.

A controlada da Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. O lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais.

3.9. Dividendos

O Estatuto social da Companhia e sua controlada estabelecem que, no mínimo, 25% do saldo do lucro anual, após as destinações descritas anteriormente, seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários. Os dividendos adicionais serão distribuídos de acordo com a geração de caixa excedente da Companhia.

3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

4. Pronunciamentos técnicos novos e/ou revisado pelo CPC

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia e sua controlada adotaram a partir de 1º janeiro de 2025 a norma abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

4.2. Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas, mas ainda não obrigatórias até a data de emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas a seguir:

- IFRS 18 (CPC 51) – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis: o IFRS 18 substituirá a IAS 1 (CPC 26) para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva. No Brasil, o CPC 51 está em discussão para alinhamento com a Lei 6.404/76. A norma introduz categorias obrigatórias na DRE (operacional, investimento, financiamento, impostos e operações descontinuadas) e novas diretrizes de agregação.

A Companhia e suas controladas avaliaram preliminarmente os seguintes impactos: (i) Apresentação da DRE: há a intenção de transitar da apresentação por "função" para "natureza", visando maior detalhamento dos gastos operacionais; (ii) Fluxo de Caixa: o ponto de partida do método indireto será alterado para o "Lucro Operacional". A classificação atual de juros pagos (financiamento) e recebidos (investimento) já cumpre os requisitos da norma; (iii) Medidas de Desempenho (MPMs): como o EBITDA reportado equivale ao subtotal operacional ("OPDAI") definido pela norma, não se preveem conciliações adicionais para medidas não previstas no padrão.

A Companhia e suas controladas monitoram as discussões regulatórias para assegurar plena aderência quando da adoção.

- IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública - Divulgações: emitida em 2024, esta norma permite que subsidiárias qualificadas (sem responsabilidade pública e com controladora reportando em IFRS) adotem divulgações reduzidas, mantendo integralmente os critérios de reconhecimento e mensuração das IFRS. O objetivo é simplificar o reporte financeiro. Vigência em 1ª de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia e suas controladas são negociados publicamente, as mesmas não são elegíveis para a aplicação do IFRS 19.

5. Caixa e equivalentes de caixa e Investimento de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>				
Numerário disponível	1	1	7	6
Certificados de depósitos bancários	129	5.939	129	5.939
Aplicações automáticas	-	-	53	21
	130	5.940	189	5.966
<u>Investimento de curto prazo</u>				
Fundo de investimento	-	-	5.616	106.035
	-	-	5.616	106.035

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados a 96,50% do CDI em 2025 e 75% do CDI em 2024, com liquidez imediata, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

O Fundo de investimentos, STA Energia, tem característica de renda fixa e possui remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 100,26% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (101,16% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

6. Contas a receber de clientes e Ativo contratual da concessão

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Encargos do uso do sistema de transmissão faturado	3.384	5.163
	3.384	5.163
Circulante	967	4.099
Não circulante	2.417	1.064

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, da avaliação e monitoramento do risco de crédito e tendo em vista que os recebíveis são garantidos por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Movimentação do ativo contratual da concessão:	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	189.220	189.357
Receita de operação e manutenção (Nota 13)	11.933	11.510
Remuneração financeira (Nota 13)	19.628	29.700
Parcela variável (Nota 13)	71	(632)
Realização do ativo contratual	(42.496)	(40.715)
Saldo final	178.356	189.220
Circulante	29.550	28.563
Não circulante	148.806	160.657

O Ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item, ao final da concessão.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

7. Investimentos em controlada

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Valor patrimonial	66.135	65.596
Mais valia	268	302
	66.403	65.898

A movimentação do investimento é conforme segue:

Controlada	Saldo em 31/12/2024	Dividendos declarados	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2025
AETE	65.898	(4.242)	4.747	66.403

Controlada	Saldo em 31/12/2023	Dividendos declarados	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2024
AETE	70.736	(20.748)	15.910	65.898

As informações do investimento estão apresentadas a seguir:

31/12/2025									
Controlada	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ordinárias detidas pela Companhia	Patrimônio líquido	Participação da Companhia		Dados das investidas			
				no capital social	no patrimônio líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
AETE	43.468.800	37.709.184	76.236	86,75%	66.135	191.798	115.362	76.236	5.510

31/12/2024									
Controlada	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ordinárias detidas pela Companhia	Patrimônio líquido	Participação da Companhia		Dados das investidas			
				no capital social	no patrimônio líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
AETE	43.468.800	37.709.184	75.615	86,75%	65.596	305.795	230.180	75.615	18.392

8. Debêntures

Debêntures	Empresa	Consolidado				
		31/12/2025				31/12/2024
		Encargos	Custo a amortizar	Principal	Total	Total
1ª Emissão	AETE	-	-	-	-	86.876
2ª Emissão	AETE	612	(346)	93.855	94.121	108.782
TOTAL		612	(346)	93.855	94.121	195.658
Circulante		612	(77)	14.765	15.299	32.691
Não circulante		-	(269)	79.091	78.822	162.967

A AETE em 10 de setembro de 2020 realizou a 1ª emissão de 130.000 debêntures, totalizando R\$130.000, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária nos termos do artigo 58 caput, da Lei 6404/76, com garantia fidejussória adicional. O liquidante é o Banco Itaú Unibanco S/A sendo distribuição liquida financeiramente pela B3. A amortização dos juros e do principal se dará semestralmente sendo a primeira em 10 de março de 2021 e a última na data de vencimento em 10 de setembro de 2026. As debêntures serão indexadas pela DI e remuneradas pela taxa de 2,70% a.a. A dívida prevê na cláusula 7.1.3 (xiii) que a partir de 10 de março de 2021 até 10 de março de 2026, a AETE deverá manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em no mínimo 1,10, cujo cálculo é o seguinte: $ICSD = \text{Fluxo de Caixa Operacional} / \text{Serviço da Dívida}$.

Em 15 de junho de 2024, a Companhia realizou a 2ª Emissão de 116.000 debêntures, totalizando R\$ 116.000, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária nos termos do artigo 58 caput, da Lei 6404/76. O liquidante é o Banco Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, sendo distribuição liquida financeiramente pela B3. As debêntures terão prazo de vencimento de 6 anos contados com a data de emissão, vencendo, portanto, em 15 de junho de 2030. A 1ª amortização do principal ocorreu em 15 de dezembro de 2024 e a última na data de vencimento. A remuneração será paga semestralmente, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de dezembro de 2024 e o último pagamento na data de vencimento (15 de junho de 2030).

A Administração da controlada da Companhia mantém o acompanhamento de todas as cláusulas quantitativas e qualitativas definidas na escritura de emissão, que incluem índices financeiros apurados a partir de suas demonstrações contábeis regulatórias.

a) Movimentação das debêntures:

Debêntures	Saldo inicial	Ingresso de dívidas	Provisão de encargos (nota 15)	Amortização do principal	Amortização dos encargos	Saldo final
	31/12/2024					31/12/2025
1ª Emissão	86.876	-	3.230	(83.785)	(6.321)	-
2ª Emissão	108.782	-	15.577	(14.763)	(15.475)	94.121
TOTAL	195.658	-	18.807	(98.548)	(21.796)	94.121

Debêntures	Saldo inicial	Ingresso de dívidas	Provisão de encargos (nota 15)	Amortização do principal	Amortização do encargos	Saldo final
	31/12/2023					31/12/2024
1ª Emissão	99.732	-	12.263	(12.350)	(12.769)	86.876
2ª Emissão	-	115.589	7.090	(7.382)	(6.515)	108.782
TOTAL	99.732	115.589	19.353	(19.732)	(19.284)	195.658

b) Saldo a amortizar das debêntures

	2026	2027	2028	2029	2030	Total
2ª Emissão de Debêntures	15.376	14.764	14.764	14.764	34.799	94.467
(-) custo de captação	(77)	(77)	(77)	(77)	(37)	(345)
	15.299	14.687	14.687	14.687	34.762	94.122

9. Outros tributos diferidos

O diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios é relativo à diferença temporária das receitas de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
PIS diferido	1.159	1.230
COFINS diferido	5.350	5.677
RGR diferido	4.637	4.920
TFSEE diferido	713	757
	11.859	12.584
Circulante	1.964	1.900
Não circulante	9.895	10.684

10. Contingências e Depósitos judiciais

a) Provisão para contingências:

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e sua controlada não figuram como parte em demandas com probabilidade provável ou possível de perda. Em 31 de dezembro de 2024 a controlada da Companhia possuía 01 (um) processo judicial de natureza trabalhista com valor em risco de R\$7, cuja probabilidade de perda é provável.

b) Depósitos judiciais:

A controlada da Companhia possui depósitos judiciais nos montantes de R\$640 em 31 de dezembro de 2025 (R\$648 em 31 de dezembro de 2024), que se referem a: (i) processos fundiários no valor R\$640 em 31 de dezembro de 2025 e 2024; e (ii) processos trabalhistas no valor de R\$8 em 31 de dezembro de 2024.

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$41.098.

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

	31/12/2025 e 31/12/2024					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas						
Alupar Investimento S.A.	37.917.914	51,00	17.033.814	22,91	54.951.728	36,96
CSHG Perfin Apollo 16 Fundo de Investimentos	36.430.937	49,00	57.315.036	77,09	93.745.973	63,04
Total	74.348.851	100,00	74.348.850	100,00	148.697.701	100,00

11.2. Reservas

- Reserva de capital:**

A reserva de capital é decorrente de ganho em transação de capital com sócios não controladores da AETE no valor de R\$2.402 registrados no exercício findo de 31 de dezembro de 2019.

- **Reserva legal:**

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.

- **Reserva de lucros:**

Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva de lucros à disposição da Assembleia, para sua destinação.

Em 26 de agosto de 2024 foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$16.437 à conta da Reserva de Lucros.

Em 13 de agosto de 2025 foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$15.479 à conta da Reserva de Lucros.

11.3. Destinação do resultado

A destinação do lucro do exercício é como segue:

Destinação do resultado	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	5.082	15.878
Constituição de reserva legal (5%)	(254)	(794)
Subtotal	4.820	15.084
Dividendos obrigatórios (25%)	(1.207)	(3.771)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia	3.621	11.313

12. Partes relacionadas

Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares.

Transação / Parte relacionada	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Dividendos a receber</u>	441	9.393	-	-
Dividendos a receber- AETE	441	9.393	-	-
<u>Dividendos a pagar</u>	1.207	3.771	1.274	5.206
Dividendos a pagar - Alupar	446	1.394	446	1.394
Dividendos a pagar - Apollo 16	761	2.377	811	3.453
Dividendos a pagar - acionistas minoritários	-	-	17	359

Remuneração da alta administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretoria da controlada foram de R\$108 (2024: R\$108), composto por salários, benefícios e encargos sociais.

13. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
<u>Receita operacional bruta</u>		
Receita de operação e manutenção	11.933	11.510
Remuneração financeira do ativo de concessão	19.628	29.700
Parcela variável	71	(632)
	31.632	40.578
<u>Deduções da receita</u>		
PIS	(205)	(263)
COFINS	(949)	(1.217)
RGR	(823)	(1.055)
P&D	(157)	(149)
FNDCT	(157)	(148)
MME	(79)	(74)
TFSEE	(127)	(162)
	(2.497)	(3.068)
Receita operacional líquida	29.135	37.510

14. Custos e despesas por natureza e função

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	-	(7)	(1.452)	(1.416)
Honorários da Administração	-	-	(193)	(108)
Material	(6)	(3)	(885)	(154)
Serviços de terceiros	(115)	(91)	(896)	(752)
Depreciação e amortização	-	-	(101)	(99)
Provisão para contingências	-	-	31	(37)
Aluguéis	(21)	(16)	(932)	(912)
Seguros	-	-	(71)	(66)
Doações e contribuições	-	-	(14)	(14)
Tributos e taxas	(3)	(2)	(111)	(39)
Outras	(3)	(2)	(51)	(375)
Total por natureza	(148)	(121)	(4.675)	(3.972)
Custo dos serviços prestados	-	-	(3.858)	(2.884)
Custo de construção	-	-	-	(322)
Despesas administrativas e gerais	(148)	(121)	(817)	(766)
Total por função	(148)	(121)	(4.675)	(3.972)

15. Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras				
Encargos sobre debêntures (nota 8)	-	-	(18.807)	(19.353)
Encargos sobre arrendamentos	-	-	(7)	(13)
Atualização monetária	-	-	(1.298)	(46)
Outros despesas financeiras	(9)	(17)	(98)	(131)
	(9)	(17)	(20.210)	(19.543)
Receitas financeiras				
Receita com aplicações financeiras, líquido de impostos	564	104	4.658	7.749
Outros receitas financeiras	1	2	14	30
	565	106	4.672	7.779
Resultado financeiro	556	89	(15.538)	(11.764)

16. Imposto de renda e contribuição social

A controlada da Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$6.043 em 31 de dezembro de 2025 (R\$5.817 em 31 de dezembro de 2024) cuja origem da constituição é o Ativo contratual da concessão. A controlada da Companhia adota o regime de tributação pelo Lucro Presumido.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
a) Composição dos tributos no resultado:				
Correntes	(73)	-	(2.885)	(3.459)
Diferidos	-	-	(226)	3
Total	(73)	-	(3.111)	(3.456)
b) Conciliação da alíquota efetiva				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	5.155	15.878	8.922	21.774
Aplicação da alíquota combinada vigente de 34%	(1.753)	(5.399)	(3.033)	(7.403)
Resultado de equivalência patrimonial	1.614	5.409	-	-
Efeito da alíquota de lucro presumido	-	-	(144)	3.973
Utilização de prejuízo fiscal	42	-	42	-
Outros	24	(10)	24	(26)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(73)	-	(3.111)	(3.456)
Alíquota efetiva	1,42%	0,00%	34,87%	15,87%
c) Créditos fiscais não reconhecidos				
Prejuízo fiscal (IRPJ)	2.087	2.219	2.087	2.219
Base negativa (CSLL)	2.087	2.219	2.087	2.219

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que gerariam potenciais créditos tributários. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia não apresentarão base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos.

17. Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

b. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora				Classificação	Nível
	31/12/2025		31/12/2024			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo financeiros						
Caixa	1	1	1	1	Custo amortizado	-
Equivalentes de caixa	129	129	5.939	5.939	Valor justo pelo resultado	2
	130	130	5.940	5.940		

	Consolidado				Classificação	Nível
	31/12/2025		31/12/2024			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo financeiros						
Caixa	7	7	5	5	Custo amortizado	-
Equivalentes de caixa	129	129	5.939	5.939	Valor justo pelo resultado	2
Investimento a curto prazo	5.616	5.616	106.035	106.035	Valor justo pelo resultado	2
Contas a receber de clientes	3.384	3.384	5.163	5.163	Custo amortizado	-
Ativo contratual concessão	178.356	178.356	189.220	189.220	Custo amortizado	-
Depósitos judiciais	640	640	648	648	Custo amortizado	-
	188.132	188.132	307.010	307.010		
Passivos financeiros						
Debêntures	94.121	94.121	195.658	195.658	Custo amortizado	-
Fornecedores	539	539	185	185	Custo amortizado	-
	94.660	94.660	195.843	195.843		

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

c. Gerenciamento de riscos

i. Risco de liquidez

A Companhia e sua controlada adotam como política de gerenciamento de risco manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

ii. Risco de crédito

Possibilidade da Companhia e sua controlada incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados à seus clientes. Na controlada os contratos são mantidos com a ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária.

iii. Risco de mercado

Existe risco de preço no contrato de concessão da controlada que é reajustado pelo IGP-M e risco de taxa de juros nas Debêntures que são indexadas pelo CDI e as aplicações financeiras remuneradas pelo CDI.

Análise de sensibilidade risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador das debêntures e das aplicações financeiras ao qual a Companhia e sua controlada estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, foi o CDI, a taxa utilizada foi a última divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação de risco respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta e a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2025, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Debêntures - Consolidado	Taxa de Juros a.a.	Posição em 31/12/2025	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
2ª Emissão	CDI + 1,00%	94.121	12,25%	6,13%	9,19%	15,31%	18,38%
			12.586	6.764	9.675	15.498	18.409

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2025	Projeção Receita Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Equivalentes de caixa	CDI	129	12,25%	6,13%	9,19%	15,31%	18,38%
Investimento de curto prazo	CDI	5.616	688	344	516	860	1.032
Total			704	352	528	880	1.056

iv. Risco de regulação

As atividades da controlada da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e sua controlada.

18. Benefícios a empregados

A controlada da Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: assistência médica, vale transporte, auxílio alimentação, auxílio educação, plano de previdência privada que por sua vez propõe planos de complementação de aposentadoria, onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização, no cálculo atuarial das reservas. A tabela abaixo demonstra os valores dos benefícios concedidos aos empregados:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração direta	(1.031)	(1.002)
Auxílio alimentação	(136)	(113)
Assistência médica e seguro de vida	(154)	(125)
Previdência privada (contribuição definida)	-	(11)
Outros benefícios a empregados	(11)	45
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	(1)	(70)
Previdência social (INSS)	(76)	(248)
Total	(1.645)	(1.524)

* * *

Daniela Ribeiro Mendes
Contadora - CRC 1SP199348/O-0

Vitor Hugo Alexandrino da Silva
Diretor Administrativo-Financeiro